

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 226.^a Sessão Ordinária
Realizada em 26 de Novembro de 1971 - (6.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Quielse Crisóstomo.

As 10,00 horas, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Aguinaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Francisco Escorsin, Gabriel Mancel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Junior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Muggiati Filho e Paulo Poli (7).

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Vai ser procedida, pelo Sr. 1.^o Secretário, a chamada nominal requerida pelo Sr. Deputado Emílio Carazzai.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada nominal 30 Srs. Deputados. Há número legal para prosseguimento da sessão.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede a leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

OFÍCIO:

Of. n.^o

Curitiba, 26 de novembro de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de entregar a Vossa Excelência, para o devido encaminhamento nesta Casa, o expediente incluso, constante de requerimento subscrito pelo Vereador João Costamagna, capeando "abaixo-assinado" de moradores do Distrito de Lunardelli, Município de São João do Ivaí, objetivando a sua eleição à categoria de Município.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente

(2) — Gilberto Carvalho.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL dos PROJETOS DE LEI n.ºs. 220—69 — 124—70 — 125—70 — 230—70 — 304—70 — 10—71 — 57—71 — 72—71 — 85—71 — 155—71 — 196—71 — 245—71 — 258—71 — 243—71.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor TELMO MULLER, ocorrido em Marameleiro. O extinto era industrial, tendo exercido o cargo de Prefeito Municipal, eleito pela confiança unânime da população, tendo devotado sua vida ao bem da sua comunidade.

O infausto acontecimento consternou a população da região, que tinha no extinto um defensor intransigente dos seus interesses.

Da decisão da Casa solicito seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1971.

(a) — Ivo Tomazoni.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhada cópia do pronunciamento que acaba de fazer, aos Excelentíssimos Senhores: Presidente da República, Ministro do Interior, Ministro do Planejamento, Ministro da Fazenda, Ministro de Minas e Energia, Governador do Estado, Secretários de Estado, Senadores e Deputados Federais da Bancada do Paraná, Presidente do BNDE, Superintendente da Sudesul, Prefeito de Curitiba; Câmara Municipal de Curitiba, Diretor do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, Diretor do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, Prefeito Municipal de Paranaguá, Câmara Municipal de Paranaguá, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná, Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Comandante da 5a. Região Militar, Centro do Comércio do Café de Paranaguá, Centro do Comércio do Café de Londrina, Sindicato da Estiva de Paranaguá, Sindicato dos Ensacadores de Paranaguá, Sindicato dos Conferentes de Paranaguá, Sindicato dos Arrumadores de Paranaguá, Prefeito Municipal de Morretes, Câmara Municipal de Morretes, Prefeito de Guaratuba, Câmara Municipal de Guaratuba, Prefeito Municipal de Guaraniaçu, Câmara Municipal de Guaraniaçu, Presidente do Banco do Brasil, Presidente do Banco Central e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1971.

(a) — Nelson Buffara.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, usando de suas atribuições regimentais, Requer a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja endereçado apelo ao Ministro da Indústria e Comércio, para que seja instalada a Junta Consultiva do I.B.C.

Esse órgão do Instituto Brasileiro do Café, de inestimável importância para as altas deliberações sobre a cafeicultura, ainda não foi instalado no corrente ano.

A participação do homem do Interior e dos representantes da classe cafeeira, com sua experiência e vivência nesse ramo da economia nacional, têm condições de trazer importantes subsídios aos dirigentes do Instituto Brasileiro do Café e aos agricultores.

Representante de uma região cafeeira do Estado do Paraná, considero a instalação da Junta Consultiva do IBC, um instrumento de valor para o órgão dirigente do café, bem como meio de participação dos produtores através dos representantes classistas junto àquela entidade que desejamos seja instalada.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1971.

(a) — Gilberto Carvalho.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições,

Considerando que o Paraná possui atualmente um rebanho bovino de aproximadamente seis milhões de cabeças, o que o coloca em quinto lugar no país entre os Estados criadores;

Considerando mais, que a criação de gado bovino em nosso Estado vem apresentando um excelente índice de progresso, graças ao desvêlo dos criadores e as ricas pastagens aqui existentes;

Considerando também, que o Paraná já possui modelares frigoríficos para o abate de gado e preparo de carne frigorificada destinada à exportação, estabelecimentos esses já devidamente inspecionados e aprovados por técnicos de países interessados na importação;

Considerando, entretanto, que a exportação de carne frigorificada até agora não foi concretizada, pelo fato de ainda não ter sido concedida ao Paraná a necessária cota de exportação;

Considerando ainda que a concessão dessa cota de exportação proporcionaria ao Paraná incontáveis benefícios, não só devido à arrecadação tributária correspondente, mas também com a conseqüente criação e instalação de indústrias para aproveitamento dos produtos derivados, ao mesmo tempo que evitaria a evasão anual para outros Estados de aproximadamente cento e vinte mil cabeças de gado, as quais passariam a ser abatidas no Paraná,

Requer, com todo acatamento e depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos Exmos. Srs. Ministros da Fazenda e Agricultura, formulando apêlo no sentido de ser concedida ao Paraná uma cota de exportação de carne bovina para o ano de 1972.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1971.

(a) — Pinto Dias.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na conformidade do Regimento Interno, Requer, após ouvido o Plenário, seja enviado um apêlo ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando providências para que seja construída a estrada PR-25, entre Antônio Olinto, Rio Negro e Piên.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1971.

(a) — Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

A PR-25 atravessará a região sul do Estado, que atualmente encontra-se desvinculada do progresso e desenvolvimento do Estado, por falta de vias de comunicação.

A faixa que a estrada irá abranger está povoada por uma população laboriosa, dedicada ao cultivo de cereais e tabaco. Existe uma premente necessidade de comunicação com centros consumidores para escoar esses produtos.

A PR-25 é uma velha aspiração dos habitantes regionais, pois dela depende o progresso e alicerce da melhoria das condições sócio-econômicas. É uma estrada de importância econômica e de integração dessa área ao resto do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): — “Já são passados 36 anos, mas parece que foi ontem. Estão bem vivas na memória de todos aquela manhã de 27 de novembro de 1935. As páginas dolorosas da história não se esquecem, jamais. Alguns brasileiros, perdendo a consciência de suas origens, se deixaram imbuir pela voz metálica da moeda moscovita, como outrora Judas Iscariotes ficou surdo com o tilintar dos 30 dinheiros, traíndo o Mestre. Os novos “judas”, traíram seus irmãos, ofenderam a Pátria.

Madrugada ainda, naquele 27 de novembro, os comunistas, traíndo o sagrado compromisso para com Deus e para com a Pátria, assassinaram, de modo frio e covarde, nos quartéis, quando dormiam, seus irmãos de farda. O verde de nossas matas e de nossa esperança, da farda do soldado brasileiro, foi tingida de vermelho.

Não preferiram a luta em campo aberto. Buscaram a traição, a ignomínia, próprios dos comunistas em todos os tempos e em todo o lugar, seja ele importado da Rússia, da China, de Cuba, ou de outras origens.

Mas a fibra do verdadeiro soldado brasileiro, do Exército Nacional, presente sempre o espírito de Caxias, pacificador pela unidade, mas corajoso, lutador intemerato quando necessário impôr a força para restabelecer a ordem; seja da Marinha de Guerra, inspirada em todos os momentos por Tamandaré e pelo sacrifício heróico de Marcílio Dias, patrulheira dos mares e mantenedora de nossa soberania, longe de nossas costas; ou da Aeronáutica, com Eduardo Gomes, um dos bravos lutadores contra o bolchevismo, e tantos militares que sobrevoam o nosso território, com visão integral do panorama brasileiro, estiveram unidos ontem, como estão hoje, ao lado do povo brasileiro, que sabe conservar as sagradas tradições cristãs que estão enraizadas no coração dos que trabalham e lutam, à sombra da Bandeira da Pátria, que nos dá, através das Forças Armadas, paz, tranqüilidade, segurança para o progresso, para o desenvolvimento, e sob as bênçãos do Cruzeiro do Sul, a nos inspirar a todos uma rota, um rumo, em busca da destinação histórica da Pátria Brasileira.

Reverenciamos hoje, em nome da Aliança Renovadora Nacional, os heróis de 1935, que tombaram na defesa da Pátria, dos postulados cristãos e da família brasileira. A eles o nosso respeito, o nosso agradecimento, a nossa prece, a nossa admiração. Ao mencionarmos os seus nomes, nas preces de amanhã, vamos responder, com toda a convicção de nossa alma: Presente! Porque, realmente, os bravos estão sempre presentes, dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, na História do Brasil que é escrita todos os dias, com páginas de heroísmo, sacrifício e luta pela paz do povo brasileiro”.

(Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto, na verdade, era para o Grande Expediente, mas como será ocupado com assunto de grande relevância também por um membro de nosso Partido, de nossa Bancada e, para que não percamos a oportunidade, usaria da melhor forma possível estes cinco minutos, abordando o assunto para nós, e creio, Sr. Presidente, para os brasileiros. Especialmente para aqueles que não têm vocação para súdito, especialmente para o brasileiro que não tem vocação para subordinação e que sonha com a liberdade, que sonha com a independência, com a primazia do direito sobre a força, com o brasileiro que não está disposto a se sujeitar a ditames unilaterais.

O meu Partido, o MDB, abandonando uma trincheira, Sr. Presidente — com que destaque venho hoje dizer isto desta Tribuna, — entre as quatro paredes desta Assembléia. Certamente o assunto não terá repercussão nos meios oficiais, nos meios de divulgação, em virtude da censura que está dominando os círculos de divulgação do nosso Estado. O MDB, ao abandonar uma trincheira, está cedendo um pouco mais, mas não o fará por acovardamento, não o fará de medo; lutou até o último instante; falta-lhe a força para sustentar a oposição em nome do povo brasileiro. Pois é uma direção maquiavélica de oposição, tendências à opinião do povo esta que contraria os interesses do País. E é isto que venho fazer, Sr. Presidente.

Há poucos dias, um Projeto de Lei, oriundo do partido da situação, transforma a estrutura do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Eleva o número de participantes a uma condição em que a oposição não teria forças neste Conselho, nem mais voz ativa. E ainda o mais grave, Sr. Presidente, retira deste Conselho aquilo que é a última, no meu entender, a última trincheira de defesa dos direitos humanos do povo brasileiro, garantidos pela Constituição do País, mas orientada por esta Lei que, no meu entender, é um retrocesso no processo evolutivo de redemocratização do País. Aquêlê Conselho dá caráter de sigilo. Ora, Srs., se a publicidade dos atos públicos é da essência do próprio regime democrático, como um Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana poderá realizar reuniões em defesa dos mesmos direitos, sigilosas. Não tem cabimento, e nós não podemos aceitar que isto aconteça em nosso País, sem levantarmos a nossa voz de protesto. Aonde ficará o direito de um brasileiro, quando autoridades, — e elas existem muito equilibradas, — mas existem autoridades capazes de mandar soldados de Polícia invadir órgãos de Divulgação, apreendendo edições de jornais; existem autoridades no País, capazes de cometer arbitrariedades as mais absurdas, prendendo cidadãos brasileiros pelo simples fato de denunciarem atos de corrupção praticados pelos homens que estão no Poder. O Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Humana fará, daqui por diante, reuniões sigilosas. E ainda este acontecimento que todos nós aspiramos para o retrocesso da redemocratização do País, fica pisado, fica esmagado, por um ato do situacionismo.

Sei que nesta bancada da situação existem muitos homens de vocação; há outros que não concordam com isto, e conhecem também as circunstâncias que os envolvem, que fazem com que eles fiquem angustiados na sua vocação de direito e de liberdade, por um contingencial que os junte a um processo do qual não gostariam de participar. Sei, Sr. Presidente, que falta um que apenas quero ainda me referir. Vejam, Srs., a única arma de pressão de que poderia dispor a Oposição, seria a constrangimento criado às autoridades pela divulgação de possíveis abusos, mas não somos só nós que estamos correndo este risco. Os Srs. também, amanhã, quando Delegados arbitrários, Secretário de Segurança arbitrários entrarem nos seus lares a qualquer hora, violando todos os princípios de direito, prendendo edições de jornais porque contam a verdade, — e democracia é o jogo da verdade, — porque não se permite que a imprensa paranaense publique a verdade; porque jornais são apreendidos porque simplesmente contavam a verdade; se escamoteamos a verdade a um povo, quando consertaremos isto? O jornal "Folha de Londrina" vem sofrendo censuras violentas, não pode publicar atos relacionados com episódios políticos, sem que sejam oficiais. Assim, Sr. Presidente, concluo que há mística sedutora, há esperança de aperfeiçoamento social e político, que ficou hoje prejudicada. E saio desta Tribuna com a tristeza na alma, sem contudo arrefecer o ânimo; sairemos daqui desta Tribuna, mas haveremos de manter acesa, enquanto nos for permitido usá-la, haveremos de manter acesa a chama da democracia em nosso País.

(Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Nelson Buffara, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Acreditamos que o assunto que iremos abordar é de transcendental importância para os destinos do Paraná. Tem sido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma preocupação constante nossa, do MDB, uma vez que trocamos idéias a miúdo com nossos companheiros de Bancada, e verificamos que há uma preocupação constante, como já disse, de que o Paraná não se empobreça, cresça e se desenvolva. Assim é que preparamos o discurso que reputamos da mais alta importância, um discurso que, pelo seu conteúdo, oxalá os Srs. possam ter conosco um pouco de paciência e ouvirem com um pouco de atenção este discurso que reputamos de vital importância para o nosso Estado.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, considero o conteúdo do discurso de V. Exa. da maior importância, como disse V. Exa., para que conste nos Anais da Casa. E, como disse V. Exa., é a constante preocupação o desenvolvimento do nosso Estado, e eu solicito a V. Exa. que profira este discurso em nome da nossa Bancada, pois ele retrata a preocupação do MDB no Paraná. A presença de V. Exa. nesta Tribuna, proferindo discurso dessa envergadura, enobrece e engrandece a Bancada do MDB neste instante.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradecemos o aparte.

Procuraremos comportar-nos para fazer jús às palavras elogiosas e pela amizade que sentimos, acreditamos que V. Exa. seja sincero, do que propriamente seja verdade.

Senhor Presidente. Senhores Deputados:*

Temos a honra e a satisfação de usarmos esta Tribuna, com o fito de apresentar nosso trabalho, fruto de meses de pesquisas, entrevistas e discussões com técnicos e pessoas dedicadas ao estudo dos problemas econômicos do Paraná, bem como autoridades vinculadas a órgãos da Administração Estadual e entidades classistas.

Todavia, agregamos muito de nossa maneira de enxergar os fatos, de uma ótica diversa dos tecnocratas em razão de 20 anos de vida pública dedicados era pról do homem do Paraná, e em contacto com a ter raparanaense.

É um atentativa de enfocar a realidade paarnaense globalmente no seu contexto histórico, no seu momento atual e suas perspectivas.

Iremos observar que muito daquilo que hoje trazemos em nosso subconsciente, a respeito da "performance" da economia e crescimento do Estado, não corresponde à realidade quando tomamos como referência para análise a própria economia brasileira.

Isto porque, para uma análise, é necessário que haja um ponto de apoio, a fim de que possamos estabelecer medidas de confronto.

Mesmo com todos os seus desequilíbrios regionais, o Brasil presta-se seguramente para a nossa discussão figurando como referência".

Iamos solicitar neste próximo tópico do nosso discurso, que não fôssemos aparteados, creio que inclusive seria antipática a nossa solicitação. Portanto, se alguém, durante o decorrer do discurso, quiser nos apartear, teremos muita honra em conceder-lhe o aparte.

"O Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na década de 1950, até meados da de 1960 atravessou fases de crescimento econômico mais intenso que o Brasil jamais conheceu. De 1.200.000 habitantes em 1940 à 1970, mais que quadruplicou essa população. Hoje, o Estado esgotou sua fronteira agrícola, e desde o Rio Paraná até o litoral do Estado, encontra-se ocupado e sua população produzindo.

Um eldorado havia surgido dentro do País, onde era fácil chegar e em pouco tempo enriquecer.

E, simultaneamente, deixou em nós paranaenses, por nascimento ou por opção, uma certeza, uma convicção de que o Paraná crescerá para sempre, e que esse dinamismo nunca terminaria.

Todos sabemos que esse crescimento não foi devido ao setor industrial. E sim, exclusivamente, à expansão cafeeira.

O Paraná cresceu, desenvolveu, ocupou suas terras, e aumentou sua produção e sua riqueza, em função da economia cafeeira.

Mas o Paraná, durante todo esse período, também teve o seu setor industrial.

E foi um período em que o setor industrial brasileiro estava atravessando a fase mais dinâmica de sua história, ou seja, a da substituição de importações, que para nós paranaenses implicou no seguinte:

Com a renda gerada pela cultura cafeeira, financiávamos a instalação do setor industrial brasileiro no pólo de desenvolvimento nacional, ou seja, Rio e São Paulo".

É óbvio, Sr. Presidente, Srs. Deputados que com a riqueza gerada pelo café, naquela década, nós contribuimos sensivelmente para a implantação de indústrias no eixo Rio-São Paulo.

Como terá se comportado este setor industrial no Paraná?

Nos últimos trinta anos e que houve em termos de evolução industrial no Paraná?

Em primeiro lugar, a participação do setor industrial na renda gerada pela economia, que é um dos índices mais significativos do desenvolvimento econômico.

No Paraná, essa participação diminuiu.

De 1947 à 1951, a participação do setor industrial na economia paranaense manteve-se em torno de 12 a 14%, alcançando um máximo de 14,5% em 1951.

De 1951 em diante, à medida em que se completava a expansão do café a participação percentual da indústria na renda gerada pela economia paranaense começou a cair, alcançando, em 1966, em valores constantes, a 6%.

O Paraná se DESINDUSTRIALIZOU em termos relativos, nos últimos 20 anos.

É óbvio que em termos absolutos, o setor industrial cresceu nesse período.

Em 1939, o principal setor da indústria paranaense era o de produtos alimentícios 39%; em 1949, 45%, e em 1958, 44%.

O Segundo setor mais importante de nossa indústria era o de madeira e mobiliário, participando com 28% em 1939, e 25% em 1958.

A indústria extrativa representada pela produção de mate e o abate de árvores, passa de 5% em 1939 a 9% em 1949 e a 2% em 1958. As demais indústrias, mantêm uma participação quase constante: 28% em 1939; 26% em 1949 e 29% em 1958.

Portanto, ao iniciar-se a década de 1960, o setor industrial paranaense se mantinha com a mesma estrutura que havia tido antes de começar a Segunda Guerra Mundial.

E o que é importante, esse setor produzia principalmente bens intermediários que iam sofrer ainda modificações, transformações industriais mais adiante; 68% da produção do setor industrial em 1958 era de bens intermediários.

Antes que a palavra bens intermediários lembre peças de motores ou chapas metálicas: ela se refere principalmente ao café que é beneficiado aqui mas vai ser torrado no exterior. 29% eram bens de consumo final e o que é mais importante, pela pequenez de sua participação, apenas 3% de bens de capital. Isto é, apenas 3% do valor do produto industrial paranaense, em 1958, era dado pela produção de máquinas dentro do próprio parque.

Um índice mais recente nos mostra com relativa facilidade a pequena participação do setor na economia paranaense.

Na arrecadação do principal imposto estadual, o ICM, a participação da economia paranaense no total das arrecadações de todos os Estados é da ordem de 6%.

Esse dado nos demonstra o peso relativo da economia paranaense, como um todo, em relação à economia nacional.

Pois bem, a participação do Paraná no IPI situa-se hoje no entorno de 3%.

Joinville arrecada mais IPI do que Curitiba, o grande pólo industrial paranaense.

Isto demonstra claramente, aquilo que empiricamente todos nós sabemos: que proporcionalmente ao Brasil, o Paraná é menos industrializado.

Se foi interessante produzir café para exportar, era porque os lucros do setor cafeeiro eram elevados, e desse modo, teriam que ser reinvestidos dentro do próprio setor cafeeiro; o que não aconteceu.

O que acontece no Paraná com o café, aconteceu no Nordeste com o açúcar, aconteceu no Sul da Bahia com o cacau, e aconteceu em outros vários países do mundo, com qualquer produto primário de que queiram, os nobres pares recordar.

A razão do pequeno desenvolvimento industrial do Paraná deve ser procurada nas raízes básicas de sua estrutura econômica. No fato do Estado ter atravessado essa fase de crescimento na década de trinta em diante, em função de um produto primário de exportação, o café.

O risco que o Paraná corria era o de que cessasse a expansão do setor cafeeiro. Hoje isso não é mais um risco: ela já cessou.

O dinamismo cafeeiro acabou. O café nunca mais vai dar ao Paraná as taxas de crescimento econômico de quase 10% ao ano, que alcançou na década de 1950.

Isso não quer dizer que devemos abandonar o café.

O café continuará a ser produzido em grande escala no Paraná, e este Estado, possivelmente, manterá o primeiro lugar no Brasil e no mundo, na produção de café.

A ECONOMIA NÃO PARA: ou vai para frente, ou para trás.

O importante é reconhecer que acabou o dinamismo cafeeiro.

Desenvolvimento é industrialização. Quando dizemos que um país é desenvolvido, é porque nesse país a maior parte da população, economicamente ativa, trabalha no setor industrial.

Portanto, a industrialização é importante, em primeiro lugar, porque é ela e só ela que traz desenvolvimento. Em segundo lugar, porque no Paraná não temos a menor perspectiva de que, para os próximos anos, e talvez décadas surja algum produto primário com mercado internacional satisfatório, capaz de dar-nos crescimento ao ritmo que o café nos deu no passado.

Tivemos oportunidade de tomar conhecimento de que é uma das metas básicas da atual política brasileira, igualar a exportação de manufaturados com o café a fim de que nossa pauta de exportação torne-se a da vez mais diversificada e menos dependente de um produto primário de fácil deterioração de preço.

Após este bosquejo sobre o passado histórico da economia paranaense, necessário para o entendimento de nossa explanação, passaremos a analisar alguns itens mais significativos da atual realidade econômica do Paraná, e posteriormente infirmarmos nossas conclusões.

Dentre os produtos agrícolas, o Estado do Paraná possui liderança nos mais importantes, todavia, grande parte do beneficiamento e industrialização dos mesmos não é feita em território paranaense continuando, desse modo, a sermos meros exportadores de matéria prima.

C A F É

O café desempenha papel preponderante no quadro da produção agrícola do Estado, sendo responsável, até 1969, por aproximadamente 40% do produto geral do setor primário da economia.

Da evolução de sua produção, podemos deduzir o quanto de renda gerada em território paranaense, foi drenada para fora do Estado, através de mecanismos tributários:

De uma participação de 40,9% no total da produção, no período 1966/1967, evoluímos para 59,7% em 1969/1970, correspondendo com um diferencial de aumento da ordem de 20%.

MILHO

Somos o maior produtor nacional desse cereal, graças a fertilidade do solo paranaense, que permite o seu cultivo em todo o Estado praticamente e durante todo o ano.

Hoje, respondemos com 22% da produção brasileira desse cereal, que possui inúmeras aplicações, tanto na alimentação como de insumos à pecuária.

Além disso, a nossa produção supera de muito a demanda interna, possibilitando a exportação interna à todos os Estados, e o que é mais significativo, as exportações para o exterior gozam de vantagens comparativas excepcionais, porquanto nossas exportações ocorrem quando no hemisfério norte, principal importador, se ressent de oferta motivada pela incidência do inverno.

ALGODÃO

Passamos a ser nestas duas últimas safras o maior produtor de algodão no Brasil.

Matéria prima necessária e suficiente à indústria textil, justamente aquela que dispõe de vantagens para competir no mercado internacional.

O Estado do Paraná praticamente, não possui indústria de porte significativo para usufruir da matéria prima disponível, que afluí livremente aos Estados mais industrializados, para sofrer um processo de elaboração, gerar novos produtos, criar mais empregos, favorecer a arrecadação de impostos e voltar para nós sob forma de produto final.

Nossa participação na produção nacional desta fibra evoluiu de 18% em 1967 à 28% em 1970, em ritmo bastante superior ao experimentado pelo Estado segundo produtor.

SOJA

A produção agrícola dessa oleaginosa no Paraná apresentou, em 1970, um incremento bastante significativo.

A participação do Paraná como segundo produtor de SOJA, tem apresentado progresso bastante crescente, sendo um produto de grande procura no mercado internacional, principalmente por países componentes do Mercado Comum Europeu.

Com um porcentual de apenas 15,7%, em 1967, evoluímos para uma participação de 30% nos dias atuais.

De tal sorte que hoje, dada a oferta crescente de matéria prima, três grandes unidades industriais, Sombra, Cargill e Irmãos Pereira estão se instalando na região de Ponta Grossa, de modo a elevar a capacidade de produção de óleos vegetais em 760 mil toneladas anuais, mais que duplicando a capacidade existente.

TRIGO

Essa cultura é recente no Estado, todavia o Paraná, hoje, já participa com 15% da produção nacional.

O trigo ainda é um dos produtos essenciais e importados, canalizando uma quantidade apreciável de divisas em sua aquisição pelo Brasil. É com alento e esperança que hoje vemos o florescer de trigais nos campos gerais, a ponto do Sr. Ministro da Agricultura ter estado entre nós recentemente, para participar da primeira festa do trigo no Paraná.

Completada essa visão global simplificadora sobre a evolução da produção agrícola para a nossa análise, importantíssima, pois nos permitirá aquilatar até que ponto o Paraná ainda permanece como economia primária exportadora, apesar de dispormos de toda a infra estrutura necessária à industrialização.

Reconhecemos que a industrialização se faz quando existe estrutura básica de apoio.

Para tanto, o Paraná na última década dispendeu vultosos investimentos nesse setor, de tal maneira que hoje dispomos, como os Senhores Deputados bem sabem, de uma rede de transportes que integra praticamente todo o Estado, através de estradas asfaltadas nos eixos principais, e estradas de primeira linha a complementar. Da mesma forma, contamos com uma rede energética que atende a demanda em todos os pontos do Estado e o que é mais importante: — POSSUI MEIOS, DADA A OFERTA SEMPRE CRESCENTE DE SUPRIR A PROCURA. Para tanto estão sendo construídas usinas de grande porte, a exemplo de Salto Osório.

Nosso sistema de comunicações é pioneiro em todo o País, permitindo a comunicação a distância, de todas as regiões do Estado aos grandes centros de decisão do País, pelos meios mais modernos.

Deixaremos de nos alongar nesse item, por ser o mesmo do vosso perfeito conhecimento, e preferimos desse modo nos centrar, nos ater em pontos pouco debatidos e atualmente tidos como pontos de estrangulamento no desenvolvimento econômico do Paraná.

Com referência à participação do setor industrial, permanece com a mesma composição analisada anteriormente, todavia com o ingresso de algumas unidades produtoras de grande porte em setores de beneficiamento inicial, cujo produto final não é elaborado no Estado, acarretando maiores oportunidades econômicas em regiões fora do Paraná”.

É o que acontece com matérias primas que produzimos em abundância e não industrializamos. Outrora isto era perdoável, hoje precisamos nos conscientizar, e a nossa classe política fazer com que esta preocupação cesse, que não aconteça mais este estado de coisas, porque, se não tomarmos nesse setor as providências necessárias, iremos dentro de um futuro muito próximo, sucumbir em relação aos demais Estados da Federação.

“Nosso pronunciamento tem o objetivo de trazer a esta Casa, a nossa preocupação sobre o futuro industrial do Paraná.

Bem sabemos que o Poder Legislativo se encontra destituído de suas funções, que destinavam maior poder à classe política. Todavia, apesar de tudo, hoje trabalhamos bem mais pelo povo do Paraná.

E qual o nosso trabalho? ESTUDARMOS E CONHECERMOS, mais aprofundadamente a economia paranaense e suas perspectivas no futuro.

E, dessa forma, gestionarmos junto a autoridades e órgãos da administração, para trazermos oportunidades inéditas em termos econômicos a este Estado, tão carente de trabalho em alto nível, para integrar em uma só força, todo o esforço que se faz em benefício do Paraná.

DOS NOSSOS ESTUDOS, NASCEU UMA GRANDE PREOCUPAÇÃO: —

O PARANÁ ESTÁ EMPOBRECENDO, E COMO?

Primeiramente, pelo confronto da evolução da renda gerada pelo Estado em comparação com o Brasil.

Os dados a seguir nos permitem tirarmos as seguintes conclusões:

“São dados irrefutáveis da Fundação Getúlio Vargas, que são os mais técnicos do Brasil. Tomamos por base a agricultura, indústria e serviços de bares, restaurantes.

CRESCIMENTO DA RENDA GERADA NOS SETORES PRINCIPAIS

BRASIL

PARANÁ

	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços
1964	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1965	163,6	179,8	159,5	198,0	149,7	174,1
1966	200,00	237,6	228,8	211,0	241,6	272,8
1967	272,0	310,0	313,7	327,0	285,4	384,4
1968	338,3	414,8	417,7	408,7	361,1	252,5

1.º — O crescimento do produto industrial no Paraná é menor do que no Brasil.

2.º — A participação do produto agrícola do Paraná em confronto com o Nacional é de 20% superior, isto implicando que o nosso crescimento do produto se faz baseado, totalmente, no setor agrícola.

Atingimos o ponto nevrálgico, Srs. Deputados, tomando por base o mesmo ano de 1964, o Brasil cresceu 100%, no setor industrial e o Paraná 100%.

Em 1965, o Brasil, 179,80, o Paraná, 147,70;

Em 1966 o Brasil, 237,60 o Paraná 241,60;

Em 1967 o Brasil, 310,00, o Paraná, 285,40;

Em 1968, o Brasil, 454,80, o Paraná, 361,10%.

Vemos pelos dados que, enquanto o Brasil cresce nessa linha ascendente em termos industriais, o Paraná mantém-se quase que numa linha estável. Isto nós jamais poderíamos conceber, jamais poderíamos admitir, porque há outros Estados que não produzem e essa média do Brasil é tomada por base na média dos Estados da Federação que produzem.

O Sr. Pinto Dias — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Nelson Buffara. V.Exa. aborda da Tribuna, um assunto que realmente chama a atenção de todos e é fácil de verificar a seriedade e a profundidade do seu pronunciamento.

Nobre Deputado, o Paraná tem hoje um dos melhores rebanhos, em qualidade, de bovinos, do Brasil; é o Paraná o quarto produtor de bovinos deste País; tem ele frigoríficos dentro das técnicas mais modernas, das mais atualizadas; isto constatado e verificado por técnicos, inclusive estrangeiros.

Então, para V.Exa. verificar, e também assim querendo colaborar com o seu pronunciamento, o Estado do Paraná não tem quota para exportação de um quilo de carne sequer; entretanto produz ele mais do que outros Estados, que têm quota de exportação.

O Brasil exporta, este ano de 1971, 186 mil toneladas de carne. Entretanto, o Paraná não exporta 1 quilo sequer; porque a matéria prima, como bem está abordando V.Exa. da Tribuna, que o Estado produz, ela sai do Paraná, vai para os Estados vizinhos, ou São Paulo ou Rio, e de lá é exportada.

Vamos apreciar na sessão de hoje, um Requerimento de nossa autoria, fazendo apêlo ao Ministro da Fazenda e da Agricultura, para que no começo do ano, quando houver aquela distribuição de quotas, inclua para o Paraná uma quota de exportação de carne porque, além de transformar a matéria prima, a indústria, dentro da técnica, tem condições de atender ao mercado externo.

De forma que eu quero me congratular com o seu pronunciamento que é realmente fundamentado e traduz o quadro exato que o Paraná retrata hoje.

O SR. NELSON BUFFARA — Muito obrigado, nobre Deputado Pinto Dias, por apartear-nos. Aparte esse que nos honrou porque atingiu pontos básicos, contundentes, do nosso discurso.

O seu requerimento, que vamos aprovar dentro de alguns instantes, trata daquilo que é o ponto nevrálgico de nossa palestra.

V. Exa., nobre Deputado Pinto Dias, afirma o que estou abordando, é preciso que o Estado se industrialize. Enquanto nós formos um Estado essencialmente agrícola, nada seremos; é preciso atingirmos o setor industrial; oxalá isto aconteça, para bem do nosso povo, o que irá acontecer, se há outros Estados que estão interessados no crescimento do setor industrial, enquanto nós estamos marcando passo.

E quem diz isso é esse quadro comparativo fornecido pela Fundação Getúlio Vargas. Dados básicos que têm servido para estudos do nosso Presidente da República e Ministros de Estado que louvam-se em dados que fornecem esta situação.

O crescimento do produto industrial do Paraná é menor que o do Brasil, como verificamos nesse quadro que acabei de citar. A participação do produto agrícola no Paraná, em confronto com o nacional, é de 20% superior; isto implicando que o nosso crescimento como produtores se faz totalmente no setor agrícola.

PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO PRODUTO NACIONAL

	BRASIL	PARANÁ
Agricultura	17,7 %	43,6 %
Indústria	28,6 %	10,0 %
Serviços	53,7 %	46,4 %
TOTAL	100,00%	100,00%

Do exposto acima concluímos da insignificância da participação do produto industrial no total da produção do Paraná, situando-se, inclusive, abaixo do setor industrial brasileiro.

Verificou-se no período 1950/1968 um decréscimo de participação industrial paranaense na indústria Nacional de 3,2%, em 1950, para 2,2%, em 1968.

Apesar do crescimento do parque industrial paranaense, o mesmo não vem acompanhando o desenvolvimento do setor em termos relativos.

Outro fator é a queda em termos relativos da arrecadação do ICM no período janeiro/julho de 1971, em relação ao mesmo período em 1970.

O aumento do Brasil foi de 23,45%, enquanto o Paraná apresentou somente um acréscimo de 14,99%, situando-se abaixo na média Nacional.

Estados como Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, apresentaram incrementos bastante superiores à média Nacional.

A outra causa de nossa preocupação é a destinação de recursos que o Governo Federal fará no período de 1971/1974 aos setores mais dinâmicos da economia.

E quais são esses setores?

Siderurgia, Petroquímica, indústria mecânica, indústria química.

O Paraná não conta com indústria deste gênero em seu parque industrial.

E são esses setores os causadores do crescimento de uma economia.

São os setores que possuem os "forward-linkages" os efeitos para frente, os propulsores de uma economia, dos quais outras indústrias se absterão.

A seguir com dados constantes do Plano Nacional de Desenvolvimento podemos ver a programação de investimentos, os quais correspondem com 18% do total destinado ao setor industrial e dos quais o Paraná não poderá contar; já que possuímos somente indústrias tradicionais, exportadores de matéria-prima e sendo o "O CELEIRO DO BRASIL", enquanto outros Estados aceleram o crescimento de indústrias dinâmicas.

Assim sendo, os maiores investimentos se concentrarão em ordem crescente: Educação com 32.300 milhões; desenvolvimento industrial com 30.400 milhões; energia com 24.400 milhões; saúde e saneamento com 15.200 milhões.

E dentre as destinações do setor industrial, para onde iriam esses investimentos?

SIDERURGIA, INDÚSTRIA QUÍMICA, MECÂNICA E ELÉTRICA, FORJADOS DE AÇO, CIMENTO E BENS DE CONSUMO FINAL.

A exceção de indústrias de cimento, o Paraná não possui as demais, isto é, são indústrias que para sua instalação necessitam outras unidades industriais em funcionamento nas proximidades, para complementar o seu processo produtivo.

São as indústrias dinâmicas, as propulsionadoras de uma economia.

A imprensa tem publicado dos encaminhamentos que estão se desenvolvendo para a instalação de uma siderurgia no Vale da Ribeira, em São Paulo.

Apesar desse Estado já contar com a COSIPA, nada custaria pleitearmos que esse complexo industrial se situe no mesmo Vale da Ribeira, mas em solo paranaense.

E mesmo dentre as indústrias tradicionais, muitas estão deixando o Paraná, deslocando-se a outras regiões em razão dos incentivos oferecidos.

Esperamos com a instalação da Refinaria de Petróleo no Paraná, haja uma reversão de expectativas e um maior atendimento seja dado ao Paraná por parte do Governo Federal.

A refinaria, além de provocar a instalação de indústrias petroquímicas, que utilização diretamente as matérias primas por ela fornecidas, ensejará o aparecimento de caldeiraria pesada, destinada a alimentar permanentemente o novo parque fabril, tendo efeito multiplicador na formação de uma infraestrutura industrial, com todos os reflexos sadios na economia regional.

Deste modo nós, os representantes do povo do Paraná, deveremos ter o papel de emissários do Estado, toda a vez que estivermos fora do Paraná, nos grandes centros de decisão, em busca permanente e contínua de novas unidades industriais para que venham a se localizar no Estado.

O Sr. Nivaldo Krüger — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nelson Buffara, V.Exa. honra nossa Bancada com o pronunciamento que realiza neste instante. É exatamente isto que credencia uma Bancada de Oposição. É através de pronunciamentos desta ordem que a oposição demonstra o que quer, demonstra saber o que quer. É verdade que ela discorda, mas discorda compulsando dados, demonstrando à opinião pública que não está discordando esterilmente.

O documento que V.Exa. acaba de produzir é da mais autêntica e construtiva oposição. Ele se opõe aos pronunciamentos ufanistas de alguns representantes do Paraná no Congresso Nacional, que lá vão tecer loas a respeito de fatos que não são verídicos. Ou desconhecem a realidade ou querem agradecer aos Governos. Uma e outra são maneiras de desservir ao Estado do Paraná.

Governar, Deputado Nelson Buffara, é coordenar os fatores de uma forma que o bem estar se consolide. O Governo detém o poder de propulsão das atividades.

O documento de V.Exa. é uma crítica seríssima aos Governos da última década, entre os quais o nosso Partido não esteve presente. Se eles estivessem bem intencionados, não tiveram visão para implantar uma estratégia de desenvolvimento capaz de assegurar à sociedade paranaense a tranquilidade que V. Exa. evidencia não existir, e não poder existir nos homens que estiveram no Poder. O documento de V.Exa. demonstra que esses homens não estavam interessados, realmente, no desenvolvimento do Paraná.

Como poderíamos estar tranquilos apenas sendo levados pela propaganda de que o Paraná é o segundo Estado da Federação, propaganda essa que não se funda na realidade, como bem demonstram os dados compulsados por órgãos incontestáveis? Como poderíamos ficar tranquilos quando os dados demonstram que o Paraná não foi bem governado em termos de estratégia e de desenvolvimento. Talvez os recursos tivessem sido bem aplicados, mas está superada a concepção de Governo paternalista, doador, auxiliador, construtor de obras desordenadamente. O que os Governos precisam é exatamente isto: compulsar os dados, levantar a realidade, conceber uma ordem capaz

de dar tranquilidade às gerações que vêm aí, porque a nossa responsabilidade é grande perante a presente e muito maior perante nossos filhos, que não têm perspectiva de trabalho no território de nosso Estado. Não cuidamos do capital humano, no Paraná. E este é a maior potencialidade de nosso Estado. Denuncia V. Exa., e muito bem, aspectos de nossa economia. E agora quero, não seria complementar, porque não há o que complementar no discurso de V. Exa., mas lembrar ainda esse aspecto da grande evasão, dos grandes desperdícios pela falta de cuidado daqueles que detêm o Poder, de propulsão, de coordenação dos fatores; isto é, preparar mão de obra especializada, preparar homens capazes para dirigir a empresa paranaense do futuro. A renda "per capita" de nosso Estado, que V. Exa. citou, é baixíssima. Somos o sétimo Estado da Federação em renda "per capita". Como podemos ficar tranquilos diante disto? É a evasão de rendas tão bem denunciada por V. Exa., que queria mais uma vez ressaltar neste momento. Parabéns, ilustre Deputado. Quero dizer a V. Exa. que não esperava outra coisa de V. Exa., estudioso, preocupado com os problemas do Paraná e dizer que V. Exa. engrandece a nossa Bancada com pronunciamentos como este. Obrigado.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NELSON BUFFARA — Responderei ao Deputado Nivaldo Krüger e em seguida darei o aparte a V. Exa.

V. Exa. está nos alertando e seu brado de alerta é válido, tem bastante significação. V. Exa., que tem demonstrado ser um Deputado que se preocupa sobremaneira com problemas que dizem respeito ao nosso Estado, está preocupado também com este empobrecimento de nosso Estado e não podemos ficar dormindo "em bérço esplendido", enquanto outros Estados procuram dinamizar-se, procuram evoluir em termos de industrializar-se.

Outroza era concebível que nós fôssemos o celeiro do Brasil; hoje nós queremos continuar sendo o celeiro do Brasil, mas, industrializarmos o que nós produzimos aqui no Brasil. É esta a nossa preocupação, é este o nosso significado, o nosso pensamento, porque enquanto agirmos como estamos agindo nós iremos produzindo, outros Estados industrializarão e nós iremos comprar o produto, sob forma final. Isso não nos interessa hoje, e é contra isso que nós nos insurgimos, como disse V. Exa. nesse seu brilhante aparte.

Muito obrigado a V. Exa., e concedo com prazer ao Deputado Pinto Dias, o aparte que me solicitou.

O Sr. Pinto Dias — Nobre Deputado Nelson Buffara, estamos inteiramente de acordo, e já dissemos há pouco, num aparte anterior, que V. Exa. tem a nossa solidariedade; entretanto, discordamos na totalidade, do aparte dada a V. Exa. pelo nobre Deputado líder do MDB, a quem respeitamos e temos em alta conta, quando ele afirma que nessa década, nesses últimos 10 anos, e dá ele responsabilidade desse estado de coisas aos governantes que não foram do Governo ou do Partido dele.

Nobre Deputado, nós conhecemos o Paraná e sabemos que há 10 anos atrás este Estado não tinha uma planificação sequer, para estradas; aqueles que residiam na região que nós representamos nesta Casa e com muita honra, demoravam, de Paranavai à Capital, 30 horas de viagem sofrida, nobre Deputado; energia elétrica? Era um sonho falar em energia elétrica no Interior do Estado do Paraná! Há 10 anos atrás este Estado não tinha planificação nesse setor e nem sequer estradas, telecomunicação existia! Então, não havia milagrosos naquela época, para transformar o Estado, em todos os sentidos. Acharmos que os Governos anteriores construíram, e bastante, e deram a sua quota, nobre Deputado; deram eles a estrutura necessária para que esta geração de políticos de agora, dê o seu quinhão.

Então o seu pronunciamento, ele é oportuno.

A nossa solidariedade, e vamos juntos...

A nossa solidariedade, e vamos juntos utilizar o que este Estado produz, a matéria prima que tem. Porque hoje o Paraná tem telecomunicação, estradas, energia elétrica, para que possa utilizar a sua produtividade.

Esta a consideração que queríamos fazer.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte (**Assentimento**).

Deputado Nelson Buffara, eu sempre respeitei e continuo respeitando e cada vez admiro mais, o ilustre Deputado Pinto Dias. Eu quero que a recíproca também seja verdadeira, e por isso vou fazer este reparo. Devo reconhecer que nos Governos anteriores, da última década, muito se fez neste campo, exatamente da energia elétrica, das rodovias, criando uma infra-estrutura. Mas o que eu condeno e ficou bem claro, que era nesse ponto que eu me fixava, era a ausência de uma estratégia de desenvolvimento, que não se prende ao imediato mas sim a longo prazo.

Por exemplo, o Estado de Santa Catarina, que não tem café e que não tem também outros fatores favoráveis, como dispõe o Paraná, preocupou-se desde o início com os problemas de uma estratégia de desenvolvimento, criando no seu Estado uma infra-estrutura capaz de fixar a pequena poupança oriunda do estrativismo e transformá-la em novas riquezas, fixando não só o homem, o empresário, o capital catarinense, mas levando inclusive longe do Paraná recursos da nossa minguada poupança para ali se fixarem, e para ali multiplicando recursos, gerando isto que V. Exa. citou tão bem, um acréscimo na receita do IPI e do ICM, colocando o Paraná numa posição de inferioridade.

Eu reconheço que no campo da Energia Elétrica, no campo das Rodovias, muito foi feito. O que não foi feito e faltou visão, no meu modo de entender, faltou visão a longo prazo, para que este problema do processo desenvolvimentista do Estado do Paraná. E hoje nós nos encontramos como Estado puramente produtor de matéria prima. Intranquiliza a V. Exa., a mim, e ao próprio Deputado Pinto Dias. Creio que nós todos estamos de acordo. Apenas com pequenas divergências com relação ao conceito que faço dos Governos passados.

Muito obrigado, ilustre Deputado. Agradeço a V. Exa.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço os apartes de Vv. Exas..

Nosso discurso já está no final e queremos arrematar, antes de terminar o que está escrito, que as preocupações do Deputado, temos certeza são essas que demonstramos aqui. Nós precisamos modificar; termos uma política mais agressiva em termos de industrialização.

Se nós não procurarmos, através desse expediente, crescermos industrialmente, no setor indústria, nós verificaremos que esses dados que nós, daqui da Tribuna proferimos, dados incontestáveis, dão ao Paraná uma situação de inferioridade, porque há pouco afirmamos que Joinville arrecada mais IPI que o pólo industrial paranaense, que é Curitiba.

É incontestável que Curitiba, o maior pólo industrial do nosso Estado, arrecada menos que Joinville. Precisamos trabalhar para que isso não aconteça no futuro. Nós temos condições de termos tudo. Tudo. Temos condições, como disse o Deputado Pinto Dias. Somos um Estado privilegiado, em termos de estradas, tele-comunicações. Somos um Estado que tem uma infra-estrutura invejável. Por que não vamos aproveitar isto que nós temos; que o Estado tem condições para exigirmos que nos tornemos, num futuro bem próximo, se Deus quiser, um Estado industrialmente realizado.

“A refinaria de petróleo poderá significar a redenção do parque industrial paranaense, desde que saibamos aproveitar o presente momento e para tanto nos colocamos aqui, inteiramente ao dispor desta Casa, para que em ação conjugada, possamos colaborar para o desenvolvimento econômico do Paraná.

Após essas colocações gostaríamos de dizer aos nobres pares, que o papel que nos cabe no momento atual, é de vital importância aos destinos da terra paranaense.

Bem sabemos e não ignoramos, que para obras de grande porte no contexto econômico-social, a presença política é por demais significativa.

As condições econômicas locais são necessárias mas não suficientes.

A presença da classe política no quadro das decisões econômicas de vulto do Estado, é para nós, um imperativo de sobrevivência”.

Agradecemos a atenção que os Srs. Deputados tiveram para conosco, e aproveitamos a oportunidade para solicitar que o mesmo seja aprovado, e pedir à Presidência que sejam enviadas cópias deste nosso pronunciamento a todas as autoridades federais, estaduais, para que possam tomar conhecimento da nossa participação, que não é só minha, mas de toda a Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 102-69, acresce da alínea que especifica, o artigo 3.º do Decreto n.º 17.171 de 19.2.65. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 102-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Aos professores aposentados em cargo de ensino primário ou médio, devidamente habilitados desde que comprovada a necessidade do serviço, poderão ser atribuídas aulas suplementares até o máximo de 32 aulas semanais.

§ único — No caso do Professor aposentado estar no exercício de outro cargo público, subtrair-se-á do número de aulas previstas neste artigo o total de horas-aula semanais a que corresponda esse cargo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor a partir do ano letivo de 1972, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22/11/71

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 19/71, que autoriza o Poder Executivo a doar à Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, área de terreno rural, com aproximadamente 19,46 hectares. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 19/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar definitivamente à Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, a área de terreno rural com aproximadamente 19,46 hectares, situada no Município de São João do Triunfo, de propriedade do Estado do Paraná, cuja área já está sendo usada pela referida Faculdade, mediante convênio com o Estado, para preservar os recursos florestais ali existentes, instalar viveiros florestais e continuar a promover estudos científicos, visando o desenvolvimento natural.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22/11/71

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 26/71, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação de Recuperação do Indigente (FREI), um terreno com área de (5) cinco alqueires paulista, localizado em Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 26/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo nos termos desta Lei, autorizado a doar para a Fundação de Recuperação do Indigente (FREI), área de terreno com 5 alqueires paulista aproximadamente, com benfeitorias, no lugar denominado Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré, próximo o quilômetro 22 da Estrada do Cerne, adquirido pelo Estado do Paraná do Senhor Benjamim Manfron, conforme transcrição n.º 8.639, livro 3-E, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Colombo.

Art. 2.º — O imóvel objeto da presente doação será destinado exclusivamente às finalidades da Fundação, revertendo ao patrimônio do Estado do Paraná, na hipótese de ser dado destino diverso do previsto na presente Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22/11/71

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 47/71, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 47/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22/11/71

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — ao Projeto de Lei n.º 105/71, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Ginásio Municipal de Arapoti. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 105/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar ao Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal de Arapoti.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22/11/71

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 121/71, que autoriza o Poder Executivo, declarar de Utilidade Pública, a "Ação Social Assembléia de Deus", com sede em Barracão. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 121/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Ação Social Assembléia de Deus, com sede e fóro na Cidade de Barracão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22/11/71

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 168/71, declara de Utilidade Pública, o Movimento Cultural da Juventude Castrense, com sede na cidade de Castro. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 168/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade denominada Movimento Cultural da Juventude Castrense, com sede na cidade de Castro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22/11/71

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 172/71, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Fundação Educacional da Cidade de Bandeirantes. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 172/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Fundação Educacional de Bandeirantes.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22/11/71

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 173/71, declara de Utilidade Pública o "Liceu Mário de Andrade Ltda." — Sociedade Civil (LEMA), com sede na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 173/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública o Liceu Mário de Andrade Ltda. Sociedade Civil (LEMA), com sede na cidade de Londrina neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22/11/71

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 223/71, Mensagem n.º 31/71, abrindo crédito especial no valor de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), à Secretaria da Fazenda — Administração Geral do Estado, para pagamento da taxa rodoviária única, arrecadada no exercício financeiro de 1970. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 233/71

À Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda — Administração Geral do Estado.

Art. 2.º — O crédito a que se refere o artigo anterior, destina-se a atender ao pagamento da parcela de 20% (vinte por cento) da Taxa Rodoviária Única, arrecadada pelo Estado no período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de julho de 1970, e devida aos Municípios na forma da Lei estadual n.º 6.124, de 13 de julho de 1970.

Art. 3.º — Fica revogado o artigo 4.º, da Lei n.º 6.175, de 3 de dezembro de 1970.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22/11/71.

aa) — Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruct.

O SR. PRESIDENTE — Expediente assinado pelo Sr. Deputado Gilberto Carvalho. Será encaminhado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, no sentido de que seja instalada a Junta Consultiva do I.B.C. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada cópia de pronunciamento a diversas autoridades. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Telmo Müller. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja enviado apêlo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam tomadas providências para que seja construída a estrada da PR-25, entre Antônio Olinto, Rio Negro e Piên. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, solicitando seja encaminhado Expediente aos Srs. Ministro da Fazenda e da Agricultura, no sentido de que seja concedida ao Paraná uma cota de exportação de carne bovina para o ano de 1972. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos Projetos de Lei. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 29, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 124-70, 258-71;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 95-71, 129-71, 131-71, 203-71;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 56-70, 264-70, 65-71, 171-71.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 6a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Senhor Deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo núme-

ro legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Wilson Brandão apresentou redação final aos seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 102/69** — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que acresce da alínea que especifica, o artigo 3.º do Decreto n.º 17.171, de 19-2-65. **PROJETO DE LEI N.º 19/71** — de autoria do Senhor Deputado Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a doar à Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, área de terreno rural, com aproximadamente 19,46 hectares. **PROJETO DE LEI N.º 26/71** — de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação de Recuperação do Indigente (FREI), um terreno com área de 5 alqueires paulista, localizado em Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré. **PROJETO DE LEI N.º 41/71** — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã. **PROJETO DE LEI N.º 105/71** — de autoria do Senhor Deputado Agui-naldo P. Lima, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio Municipal de Arapoti. **PROJETO DE LEI N.º 121/71** — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Ação Social Assembléia de Deus, com sede em Barracão. **PROJETO DE LEI N.º 168/71** — de autoria do Senhor Deputado Álvaro Dias, que declara de utilidade pública o Movimento Cultural da Juventude Castrense, com sede na cidade de Castro. **PROJETO DE LEI N.º 172/71** — de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Fundação Educacional da cidade de Bandeirantes. **PROJETO DE LEI N.º 173/71** — de autoria do Senhor Deputado Álvaro Dias, que declara de utilidade pública o Lucco Mário de Andrade Ltda., Sociedade Civil (LEMA), com sede em Londrina. **PROJETO DE LEI N.º 233/71** — de autoria do Senhor Deputado digo do Poder Executivo — Mensagem 31/71, que abre crédito no valor de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), à Secretaria da Fazenda, Administração Geral do Estado, para pagamento da Taxa Rodoviária Única, arrecadada no exercício de 1.970. **A P R O V A D A S.** Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, para que produza os efeitos legais.

(aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Lélio G. Setto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 192/69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Aos professores aposentados em cargo de ensino primário ou médio, devidamente habilitados desde que comprovada a necessidade do serviço, poderão ser atribuídas aulas suplementares até o máximo de 32 aulas semanais.

§ único. No caso do professor aposentado estar no exercício de outro cargo público, subtrair-se-á do número de aulas previstas neste artigo o total de horas-aula semanais a que corresponda esse cargo.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor a partir do ano letivo de 1.972, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 19/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar definitivamente à Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, a área de terreno rural com aproximadamente 19,46 hectares, situada no Município de São João do

Triunfo, de propriedade do Estado do Paraná, cuja área já está sendo usada pela referida Faculdade, mediante convênio com o Estado, para preservar os recursos florestais ali existentes, instalar viveiros florestais e continuar a promover estudos científicos, visando o desenvolvimento natural.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 26/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo nos termos desta Lei, autorizado a doar para a Fundação de Recuperação do Indigente (FREI), área de terreno com 5 alqueires paulista aproximadamente, com benfeitorias, no lugar denominado do Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré, próximo ao quilômetro 22 da Estrada do Cerne, adquirido pelo Estado do Paraná do Senhor Benjamin Maufren, conforme transcrição n.º 8.639, livro 3—E, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Colombo.

Art. 2.º O imóvel objeto da presente doação será destinado exclusivamente às finalidades da Fundação, revertendo ao patrimônio do Estado do Paraná, na hipótese de ser dado destino diverso do previsto na presente Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 47/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de Jacutinga, Município de Ivaiporã.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 105/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar ao Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal de Arapoti.

Art. 2.º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
Maurício Fruet

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 121/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública, a Ação Social Assembléia de Deus, com sede e fóro na cidade de Barracão.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 168/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a sociedade denominada Movimento Cultural da Juventude Castrense, com sede na cidade de Castro.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 172/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Fundação Educacional de Bandeirantes.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 173/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública o Liceu Mário de Andrade Ltda. Sociedade Civil (LEMA), com sede na cidade de Londrina neste Estado.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruct

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 233/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda — Administração Geral do Estado.

Art. 2.º. O crédito a que se refere o artigo anterior, destina-se a atender ao pagamento da parcela de 20% (vinte por cento) da Taxa Rodoviária Única, arrecadada pelo Estado no período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de julho de 1.970, e devida aos Municípios na forma da Lei estadual n.º 6.124, de 13 de julho de 1.970.

Art. 3.º. Fica revogado o artigo 4.º, da Lei n.º 6.175, de 3 de dezembro de 1.970.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-71

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Wilson Brandão — Relator
Maurício Fruct

COMISSÃO DE FINANÇAS
ATA DA 16a. REUNIÃO ORDINÁRIA
1a. SESSÃO LEGISLATIVA — 7a. LEGISLATURA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e um, reuniu-se na Sala das Comissões, após a Sessão Plenária, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomei, contando com as presenças dos Senhores Deputados Gabriel Manoel, Ovidio Franzoni, Santos Lima, Paulo Poli, Maurício Fruct e Arthur de Souza. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 74/70** — de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a Rodovia no Município de Guaraniaçu, que liga a BR-277, na altura do quilômetro 315 até o Rio Piquiri, divisa com o Município de Palmital. Relator Senhor Deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 92/70** — de autoria do Senhor Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga Carambei a Tibagi. Relator Senhor Deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 253/70** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria uma escola comercial em Guairacá. Relator Senhor Deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 278/70** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Vila Alto, Município de Umuarama. Relator Senhor Deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 315/70** — de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo outorgar a garantia do Estado do Paraná, em financiamento a ser efetivado pela Faculdade de Medicina Norte do Paraná, da Fundação Universitária Estadual de Londrina, com o Banco Real de Investimentos S/A, até a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros). Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 69/71** — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio estadual no distrito de "Três Barras", Município de Catanduvas, para funcionar a partir do ano letivo de 1.972. Relator Senhor Deputado Maurício Fruct, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 118/71** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão, que cria, no Bairro de Maringá Velho, um ginásio Estadual para funcionar no ano letivo de 1.972. Relator Senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 123/71** — de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Astorga, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição nos municípios que especifica. Relator Senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 130/71** — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomei, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio Estadual no Município de Quitandinha, para funcionar no ano letivo de 1.972. Relator Senhor Deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 135/71** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º Ciclos, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, pa-

recer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 138/71** — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo criar, na sede do Município de Laranjeiras do Sul, um curso científico, para funcionar em 1.972. Relator Senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 139/71** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio através do Departamento de Estradas e Rodagem, com o Executivo Municipal de Cruzeiro D'Oeste, para pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede deste à Rodovia Maringá - Umuarama (PR-86). Relator Senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 142/71** — de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo construir através do Departamento de Estradas e Rodagem, uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando Tamarana a Terra Nova, nos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra. Relator Senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 145/71** — de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, que cria uma escola estadual no Município de Nova Aurora, para funcionar a partir de 1.972. Relator Senhor Deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 148/71** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo delegar poderes à "Fundepar" para firmar convênio com a Prefeitura Municipal de São Jorge, objetivando a construção de um prédio escolar para o "Grupo Escolar Copacabana do Norte". Relator Senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 149/71** — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que dá nova redação ao Art. 356, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado). Relator Senhor Deputado Ovidio Franzoni, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 161/71** — de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Agricultura, construir uma Escola Agrícola no Município de Palmital e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 163/71** — de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo construir um ginásio estadual em Santa Maria, Município de Pitanga e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 165/71** — de autoria do Senhor Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio na Vila Operária da cidade de Maringá. Relator Senhor Deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 186/71** — de autoria do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo construir uma cadeia pública e uma delegacia de polícia na sede do Município de Guaraniáçu. Relator Senhor Deputado Mauricio Fruet, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 208/71** — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni que transfere a responsabilidade do D.E.R. a estrada que liga Nova Prata no Município de Salto do Lontra, à Pôrto Pereira no Município de Capitão Leônidas Marques, passando por Nova Genebra e Linha Guarani. Relator Senhor Deputado Santos Lima, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 209/71** — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que transfere a responsabilidade do Departamento de Estradas e Rodagem, a estrada que liga os municípios de Santa Izabel do Oeste, Salto do Lontra e Dois Vizinhos, passando por Pinhal da Vargem e Alto Bela Vista. Relator Senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 230/71** — de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara que autoriza o Poder Executivo conceder Pensão Mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Amado Aives de Miranda. Relator Senhor Deputado Mauricio Fruet, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 237/71** — de autoria do Senhor Deputado Basílio Zarusso, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Atalaia, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar em 1.972. Relator Senhor Deputado Fuad Nacli, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 249/71** — de autoria do Senhor Deputado Quielse Cri-

sóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio, no Distrito de Bentópolis, Município de Guaraci e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Paulo Poli, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 253/71** — de autoria do Senhor Deputado Quilise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, construir através dos órgãos próprios do Estado, uma Casa Escolar no Distrito Colônia Faria, Município de Colombo. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável — aprovado. **PROJETO DE LEI N.º 259/71** — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo criar no Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, uma Agência de Rendas. Relator Senhor Deputado Ovidio Franconi, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

(a) Leopoldo Jacomel — Presidente

a) Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 227.^a Sessão Ordinária
Realizada em 29 de Novembro de 1971 - (2.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Rosário Pitelli, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Erondy Silvério, Lázaro Dumont, Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antonio Maciel, Nivaldo Krüger e Paulo Camargo (3.)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum, para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.^o Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 31 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

Esta Presidência registra a presença, neste Plenário, do Dr. Hélio Narezi, Digníssimo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 18.71.